



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO
BÁSICA – PARFOR
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
CAMPUS DE ABAETETUBA

**LIBRAS COMO DISCIPLINA NO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA EXPERIÊNCIA
NA ESCOLA ANTÔNIO DE OLIVEIRA GORDO, MOJU-PA**

ABAETETUBA-PA
2016

VANDA SUELY FERREIRA DE SOUZA

**LIBRAS COMO DISCIPLINA NO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA EXPERIÊNCIA NA
ESCOLA ANTÔNIO DE OLIVEIRA GORDO, MOJU-PA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção do grau de Licenciado Pleno em Pedagogia, do Campus Universitário de Abaetetuba da Universidade Federal do Pará. Orientadora: Profª Vanessa Costa.

ABAETETUBA-PA
2016

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

S719l Souza, Vanda Suely Ferreira de.
Libras como disciplina no ensino fundamental: : uma
experiência na escola Antônio de Oliveira Gordo, Moju-PA /
Vanda Suely Ferreira de Souza. — 2016.
49 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^ª. Vanessa Costa
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade
Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, Curso de
Pedagogia, Abaetetuba, 2016.

1. LIBRAS. 2. Aluno surdo e Educação inclusiva. I.
Título.

CDD 371.9



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO
BÁSICA – PARFOR
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
CAMPUS DE ABAETETUBA

**LIBRAS COMO DISCIPLINA NO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA EXPERIÊNCIA
NA ESCOLA ANTÔNIO DE OLIVEIRA GORDO, MOJU-PA**

Data de aprovação: ____/____/____

Banca Examinadora

_____- Orientadora
Membro: Prof^a Vanessa Costa
Titulação:
Instituição UFPA

_____- Avaliador
Membro:
Titulação:
Instituição:

_____- Avaliador
Membro:
Titulação:
Instituição:

Dedicado a Deus, por ser meu guia e a
minha família pelo apoio de sempre.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado fé e determinação ao longo desta jornada, e por tornar este sonho em realidade;

Ao meu esposo, Glacinaldo Pinheiro e as minhas filhas, Gabrielle Helena, Isabelle de Cássia e Mikelle Andressa, fiéis companheiros nesta trajetória;

Aos meus pais, Maria Helena e Arivaldo Baía (*in memoriam*), por tudo que me proporcionaram nesta vida;

Aos meus irmãos, Michel, Ivail, Iranildes, Ivanilma, Cristielen e Inês, pelo apoio de sempre;

Ao PARFOR, pela oportunidade de ingressar no nível Superior;

A minha turma, especialmente a minha equipe, Rosimere, Emília, Klebers, Edna e Ana Lídia, que foram importantes durante a vida acadêmica;

Aos professores do Curso de Pedagogia pelos conhecimentos teóricos e práticos que ajudaram na minha formação e prática docente;

A orientadora prof^a Vanessa Costa, pelas revisões, paciência, orientações e incentivos que tornaram possível a realização desta pesquisa;

A Escola Antônio de Oliveira Gordo pelas informações prestadas e arquivos que foram fundamentais para este estudo;

Aos professores informantes por terem nos concedido as entrevistas;

Enfim, a todos que contribuíram direta e indiretamente para a realização deste trabalho.

Vanda Suely Ferreira de Souza

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo geral analisar como os professores da escola Antônio de Oliveira Gordo entendem e enfrentam o processo de inclusão de alunos surdos na sala de aula. O local da pesquisa pertence à zona urbana do município de Moju/Pará. Como suporte teórico foram usados os trabalhos de Reis (2013), Silva (2009) entre outros que serviram de referências para as discussões sobre educação dos surdos. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo que se caracteriza pela presença de uma forte subjetividade contida nas falas dos atores sociais envolvidos no ambiente escolar. A coleta de dados foi feita através de pesquisa de campo utilizando como instrumento um roteiro para as entrevistas com docentes e outro sobre a escola pesquisada. Os resultados apresentados são interpretados e discutidos através da técnica de análise do conteúdo extraído das transcrições das entrevistas. Os resultados obtidos indicam que por unanimidade os docentes reconheceram que a escola ofertou uma formação continuada na área; os entrevistados afirmaram que usam materiais e metodologias diversas com alunos surdos.

PALAVRAS-CHAVE: LIBRAS; Aluno surdo e Educação Inclusiva.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 EDUCAÇÃO DOS SURDOS: CONCEITOS	8
1.1 SURDEZ	8
1.2 LIBRAS	9
2 FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS	11
2.1 A NECESSIDADE DE FORMAÇÃO PARA PROFESSOR QUE TRABALHA COM SURDO.....	11
2.2 METODOLOGIA DE TRABALHO PARA O ALUNO COM SURDEZ	12
3. EDUCAÇÃO DE SURDOS: UMA EXPERIÊNCIA NA ESCOLA ANTÔNIO DE OLIVEIRA GORDO, MOJU-PA	15
3.1 METODOLOGIA	15
3.2 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM OS DOCENTES	16
3.3 PROJETO LIBRAS COMO DISCIPLINA	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS	29
APÊNDICES	31
ANEXOS	32

INTRODUÇÃO

Como profissional da educação e durante estágios do período da Graduação em escolas públicas da cidade de Igarapé-Miri e Abaetetuba, observou-se que os alunos surdos ficavam ociosos na sala de aula do ensino regular. Grande parte das vezes eles ficavam sem compreender as atividades propostas, sem rumo, os professores não sabiam como lidar com a situação e passavam as mesmas atividades dos discentes ouvintes. Raramente sabiam a Língua Brasileira de Sinais e a escola não tinha intérprete. A partir disso, surgiram os seguintes questionamentos: Como os professores da Escola Antônio de Oliveira Gordo entendem e enfrentam o processo de inclusão de alunos surdos na sala de aula verificando, em que medida essa inserção faz com que professores repensem o trabalho pedagógico e se de fato a Educação Inclusiva atenda às necessidades dos alunos.

Objetivo principal é analisar como os professores da escola Antônio de Oliveira Gordo entendem e enfrentam o processo de inclusão de alunos surdos na sala de aula. Objetivos específicos são: identificar a prática pedagógica bem como, metodologias de ensino no tratamento com alunos surdos; verificar a formação inicial e continuada dos docentes que trabalham com inclusão; e identificar dificuldades dos professores que atuam em sala de aula com alunos que possuem surdez.

O trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro e o segundo trazem o referencial teórico que dá embasamento à pesquisa. No primeiro capítulo, abordam-se conceitos fundamentais como surdez e Libras. No segundo narra sobre a formação do professor e as metodologias direcionadas aos alunos surdos. Por fim, o último traz a metodologia da pesquisa, onde se apresentou o local, sujeitos pesquisados e o caminhar metodológico, também traz a descrição e análise das entrevistas com os docentes, mostrando à formação, as metodologias usadas com alunos surdos, às dificuldades em sala de aula, entre outros assuntos. Também nessa parte apresenta-se o projeto Libras como disciplina que é desenvolvido na escola.

1 EDUCAÇÃO DOS SURDOS: CONCEITOS

Este capítulo fala um pouco sobre os principais fatos que norteiam a Educação de surdos. Primeiramente, trata-se sobre o conceito de surdez, posteriormente o de Libras e as principais leis que garantem direitos dos alunos surdos.

1.1 SURDEZ

Como suporte teórico do trabalho, predominam-se trabalhos que tratam sobre a educação dos alunos surdos, conceitos iniciais como o que é surdez, a Língua Brasileira de Sinais-Libras, leis que garantem direitos dos alunos surdos, entre outros assuntos.

Gomes (2006, p. 15) elucida que as pessoas que de alguma forma irão realizar trabalho pedagógico com pessoas surdas precisam ter noção do que é surdez. O que aumenta a possibilidade de atender às necessidades especiais constatadas. Quanto **período de aquisição**, a autora classifica a surdez em dois grandes grupos: **Congênitas e Adquiridas**. A primeira diz respeito quando a pessoa já nasceu surda. Nesse caso a surdez é **pré-lingual**, ou seja, ocorreu antes da aquisição da linguagem. A segunda quando o indivíduo perde a audição no decorrer da sua vida. Nesse caso a surdez poderá ser **pré ou pós-lingual**, dependendo da sua ocorrência ter se dado antes ou depois da aquisição da linguagem.

Conforme Gomes (2006, p. 17), “a surdez é uma privação sensorial que interfere diretamente na comunicação, alterando a qualidade da relação que o indivíduo estabelece com o meio, ela pode ter sérias implicações para o desenvolvimento de uma criança”. De acordo com o grau da perda auditiva, pode ser: leve, moderada, severa ou profunda.

- **Surdez leve:** a criança é capaz de perceber os sons da fala; adquire e desenvolve a linguagem oral espontaneamente; o problema geralmente é tardiamente descoberto; dificilmente se coloca o aparelho de amplificação porque a audição é muito próxima do normal.
- **Surdez moderada:** a criança pode demorar um pouco para desenvolver a fala e linguagem; apresenta alterações articulatórias (trocas na fala) por não perceber todos os sons com clareza; tem dificuldade em perceber a fala em ambientes ruidosos; são crianças desatentas e com dificuldade no aprendizado da leitura e escrita.
- **Surdez severa:** a criança terá dificuldades em adquirir a fala e linguagem espontaneamente; poderá adquirir vocabulário do contexto familiar; existe a necessidade do uso de aparelho de amplificação e acompanhamento especializado.
- **Surdez profunda:** a criança dificilmente desenvolverá a linguagem oral espontaneamente; só responde auditivamente a sons muito intensos como: bombas, trovão, motor de carro e avião; freqüentemente utiliza a leitura orofacial; necessita fazer uso de aparelho de amplificação e/ou implante coclear, bem como de acompanhamento especializado (GOMES, 2006, p. 17).

Fernandes (2006, p. 68) conceitua a surdez “como uma diminuição da capacidade de percepção normal dos sons, que traz ao indivíduo uma série de consequências ao seu desenvolvimento, principalmente no que diz respeito à linguagem oral”. A autora ainda

comenta que o surdo é aquela pessoa “cuja audição não é funcional na vida comum e, parcialmente surdo, aquele cuja audição, ainda que deficiente, é funcional com ou sem prótese auditiva”.

1.2 LIBRAS

Rodrigues (2007) afirma que as Línguas de Sinais (LS) são as línguas naturais das comunidades surdas. LIBRAS é a sigla da Língua Brasileira de Sinais. Pereira (2011) comenta que as Línguas de Sinais Brasileira (LSB) é a língua natural da comunidade surda brasileira. A autora comenta que as línguas de sinais são chamadas de línguas de modalidade gestual-visual (ou espaço-visual), pois a informação linguística é recebida pelos olhos e produzida pelas mãos. A Lei 10.436 de 2002 em seu Artigo 1-Parágrafo único:

Entende como Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (BRASIL, 2002, p. 1).

Segundo esta lei, LIBRAS não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa. Ainda no que diz respeito à língua de sinais, Rodrigues elucida que:

Ao contrário do que muitos imaginam, as Línguas de Sinais não são simplesmente mímicas e gestos soltos, utilizados pelos surdos para facilitar a comunicação. São línguas com estruturas gramaticais próprias. Atribui-se às Línguas de Sinais o status de língua, porque elas também são compostas pelos níveis linguísticos: o fonológico, o morfológico, o sintático e o semântico (RODRIGUES, 2007, p. 3).

Para Rosa (2011) “a educação de surdos é feita por aqueles que participam dela. É assim que a LIBRAS terá aceitação e propagação no ambiente escolar e social; é desta forma que o surdo passará a interagir com o meio, desenvolvendo-se”. Desse modo, o ambiente, as metodologias devem ser propícias ao aprendizado. Esse aluno surdo também tem os mesmos direitos a uma educação de qualidade.

Nos últimos anos, várias foram as conquistas dos direitos dos alunos surdos. Uma delas se refere ao reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, no país, houve manifestação que gerou determinações governamentais expressas por meio de leis, decretos, entre outros que beneficiaram a vida de muitos alunos surdos. Perlin e Strobel (2006, p. 45) afirmam que:

Na sociedade brasileira a legislação sobre os surdos é presente e de forma abundante. Isto faz antever a presença de uma série complexa de legislações que não são para a exclusão, a captura, mas para o pleno direito à diferença. Estas legislações estabelecem alguns fatos obrigatórios, por exemplo, a educação especial, a educação inclusiva que, mesmo não garantindo o acesso à cultura surda, garantem o direito à educação. Mas também há legislação que estabelece o

momento de uso pleno do direito cultural de acordo, seja ela Constituição Brasileira, seja com as demais leis educacionais.

A Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação tem algumas inovações que permitem indicar melhor perspectivas governamentais e legislativas para a educação de surdos. Nessa lei há um capítulo dedicado à Educação especial que garante, por exemplo: “Cap. V- Art. 58. III-professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”.

A Lei 10.436/02 dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS e dá outras providências. Ela reconhece a língua de sinais em todo o país. Foi regulamentada e os fundamentos foram publicados através do decreto governamental 5.626 de 22 de dezembro de 2005, tornando obrigatório o uso da língua de sinais não somente para os surdos, mas também para os professores que atendem esses alunos além de disciplinar a presença de intérpretes de LIBRAS.

Portanto, muitos dos direitos dos alunos surdos estão amparados pela legislação que aparecem através de políticas públicas que garantem o acesso e permanência desse aluno dentro das escolas regulares de ensino, entre outros, frisamos que muitos destes direitos ainda continuam somente no papel, como por exemplo, muitas escolas ainda não dispõem de intérpretes e falta formação para os professores do ensino regular, e é preciso que de fato tais conquistas se façam presente no cotidiano destes alunos.

2 FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS

Neste capítulo, faz-se uma abordagem sobre a necessidade de formação inicial e continuada dos professores que trabalham com alunos surdos e se mostram as principais metodologias de ensino da educação dos surdos.

2.1 A NECESSIDADE DE FORMAÇÃO PARA PROFESSOR QUE TRABALHA COM SURDO

Em relação à formação docente, a Lei de Diretrizes e Base de Educação Nacional, no art. 59. III, afirma: “a atuação de professores com especialização em nível médio ou superior, para o atendimento educacional especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para atuarem com alunos especiais na classe”. Nesse sentido, os professores deveriam ter a capacitação devida para trabalhar com alunos que fazem parte do processo de inclusão: surdos, cegos, etc., sejam em turmas do Atendimento Educacional Especializado ou nas classes regulares. Grande parte das vezes, o que se vê são profissionais despreparados para receber o aluno surdo, pois não dominam o básico da língua de sinais e na maioria dos casos a escola não conta com intérpretes dificultando a aprendizagem dos surdos.

Na perspectiva da educação inclusiva, a Resolução CNE/CP nº 1/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior devem prever, em sua organização curricular, formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais. A maioria dos professores não possuem uma formação adequada, fruto de uma formação inicial que não atendeu a Educação Inclusiva preconizada pelas políticas educacionais atuais.

Perrenoud (2002) afirma que a maioria dos professores em exercício desempenham suas atividades pedagógicas a partir das aligeiradas formações recebidas, tanto nos cursos de magistério em nível médio, quanto nos cursos superiores, o que produz uma formação bastante rudimentar. Considera ainda que o educador é colocado numa situação delicada, na qual, ao mesmo tempo em que precisa integrar e ajudar a criança a se desenvolver, mesmo sem ter recebido uma formação que lhe dê subsídio, tem que confrontar seus medos, anseios e desenvolver sua prática para contribuir com o andamento de sua turma.

Oliveira (2011) e Mantoan (2010) em seus trabalhos mostram que os problemas vivenciados pelos professores estão relacionados a diversos fatores, entre os quais se destacam: a formação inicial rudimentar e a falta de formação continuada. Segundo as autoras

estas são apenas algumas das travas que vem dificultando o trabalho de inclusão nas escolas públicas.

Segundo Libâneo (1998), os momentos de formação inicial e continuada levam os professores a uma ação reflexiva, uma vez que só após o desenvolvimento da sua prática e que poderão reformular as atividades para um próximo momento, repensando os pontos positivos e negativos ocorridos durante o desenrolar da aula. Buscam assim melhorias nas atividades e exercícios que não se mostraram eficientes e eficazes no decorrer do primeiro momento de aula, pois a prática pedagógica que desenvolvem nas escolas, exige um professor bem capacitado e preparado para trabalhar com as especificidades de cada um dos alunos e também com as novas problemáticas que estão presentes no cotidiano da sociedade. É preciso uma formação inicial e continuada mais direcionada para o enfrentamento do dia a dia em uma sala de aula onde o aluno surdo está presente.

Silva (2009) afirma que “a formação dos professores dá condições necessárias para que as práticas integradoras sejam positivas”, já que caso ele se sinta pouco competente pode vir a desenvolver além de expectativas negativas, menor interação e atenção dos alunos.

Dito isto, a formação do professor se constitui um elemento primordial para a construção e reconstrução dos conhecimentos em sala de aula. A formação é fundamental para uma boa atuação educativa.

2.2 METODOLOGIA DE TRABALHO PARA O ALUNO COM SURDEZ

As metodologias de ensino que já foram e ainda são usadas no tratamento com aluno surdo são: oralismo, comunicação total e bilinguismo. Reis (2013) explica que oralismo surgiu com o objetivo de fazer o surdo falar. Nesse contexto oralista os surdos eram obrigados a fazer leitura labial e a usar aparelhos auditivos. Tal metodologia considerava que a surdez era uma doença e deveria ser curada, e usou disso para integrar os surdos à comunidade ouvinte. Para os oralistas a comunicação só poderia ser feita através da fala e uma pessoa surda precisaria aprender a falar para poder se comunicar. O oralismo pendurou por cem anos, no qual a língua de sinais era proibida em favor da oralização.

A Comunicação Total, de acordo com Reis (2013), tinha por objetivo o ensino da língua oral, principalmente na modalidade escrita. Substituiu o oralismo a partir de 1960 e defendia todo e qualquer tipo de recurso para facilitar a comunicação: cartaz, filme, música,

foto, entre outros. O português sinalizado¹ era muito usado na comunicação total, assim como a leitura labial, o gesto, a leitura de escrita e o alfabeto manual. Os sinais eram usados com a finalidade de ensino da língua oral, não como veículo de pensamento. Mesmo ainda utilizada, principalmente para os iniciantes da língua de sinais, a comunicação total foi logo abandonada quando se percebeu o não aprofundamento da comunicação devido ao número diferenciado de interpretação e à limitação do vocabulário.

Gonzalves e Festa (2013) alegam que o Bilinguismo é uma proposta de metodologia de ensino que torna acessíveis duas línguas no contexto escolar, sendo a Libras a primeira, pois ela é a língua materna dos surdos. Conforme Lopes:

A corrente do bilinguismo entende que a língua de sinais, por ser a primeira língua dos surdos, deve ser aprendida o mais cedo possível. O português, como língua majoritária – ensinada, de preferência, em sua modalidade escrita, deve ser a segunda língua aprendida pelo surdo (LOPES, 2011, p. 65).

A Língua Portuguesa seria a segunda língua ensinada, de acordo com Reis (2013), por ser a majoritária e oficial no Brasil, é considerada uma língua artificial para o surdo e muitas vezes seu aprendizado se torna difícil, devendo ser ensinada com a metodologia de segunda língua e para isso o surdo tem que dominar uma primeira língua, ou seja, a Libras. Mota (2008) esclarece que a LIBRAS substitui a comunicação oral, mas não a comunicação escrita. Assim, para o aluno surdo, LIBRAS é a primeira língua e a língua portuguesa a segunda, com a qual a pessoa surda poderá se expressar de forma escrita.

A maioria dos professores não se sente preparado para trabalhar com surdos, não sabem básico da Libras e desconhece as técnicas metodologias eficazes para a educação destes alunos. Muitos alunos surdos têm sofrido com as constantes reprovações ou ainda pior, muitos são aprovados sem saber ler ou escrever sequer um bilhete. Gonzalves e Festa (2013) afirma que a inclusão do aluno surdo exige que o professor reconheça a necessidade da elaboração de novas estratégias e métodos de ensino que sejam adequados à forma de aprendizagem deste aluno.

Mota (2008) explica que as atividades inclusivas são estratégias pedagógicas, que objetivam construir oportunidades reais de aprendizagem para todos os alunos. Para planejamento e execução destas atividades, os professores podem fazer uso de diversos tipos de materiais, como papéis de diferentes texturas, cores e gramaturas, materiais recicláveis,

¹ Português sinalizado é quando se utiliza os sinais na estrutura gramatical da Língua Portuguesa, portanto, não é considerado LIBRAS. Conhecida também como bimodalismo, ou seja, a utilização de duas línguas ao mesmo tempo.

sucata, tecidos, isopor, plumas, penas, restos de lã, barbantes, botões, contas e mais uma infinidade de coisas que a criatividade ajudará a encontrar.

A história infantil é uma opção para ser usada em sala de aula. Segundo Mota (2008) podem ser utilizadas com objetivo de explorar novos temas e a função social dos mesmos; trabalhar com conceitos, formas, cores, texturas, objetos, alimentos e animais, atitudes, valores e regras, o que permite ampliar o vocabulário, desenvolver a imaginação e a narrativa, aspectos estes que contribuirão no processo de alfabetização e letramento. Para os alunos surdos algumas histórias clássicas já possuem versões escritas em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais). Além do material já impresso, é possível adaptar qualquer história e reescrevê-la utilizando a língua de sinais. Para isso, é necessário conhecer o texto previamente, fazer um resumo com as principais partes da história e escolher os sinais que representem a sequência do livro.

Mota (2008) ressalta o uso de imagens como um dos recursos fundamentais para ampliar o entendimento das crianças com surdez e quando se pensa em contar histórias para surdos, não se pode esquecer que nem todas as crianças conhecem a língua de sinais. Muitas vezes é na escola que elas aprendem LIBRAS. Daí a importância de contar a história montando uma sequência lógica de imagens e dos sinais que traduzem o texto, pois assim, além da possibilidade de conhecer e entender a história, o aluno poderá ampliar seu vocabulário na língua de sinais.

3 EDUCAÇÃO DE SURDOS: UMA EXPERIÊNCIA NA ESCOLA ANTÔNIO DE OLIVEIRA GORDO, MOJU-PA

Neste capítulo apresentam-se o caminhar metodológico da pesquisa e os resultados obtidos. De forma sucinta, aborda-se local da pesquisa de campo e os sujeitos, bem como contém a descrição das entrevistas com professores e análise feita. Aqui também se fala sobre o projeto desenvolvido na escola: Libras como disciplina.

3.1 METODOLOGIA

Em relação à abordagem da pesquisa a ser utilizada, foi feita a escolha pela pesquisa qualitativa por conta da valorização da fala e das experiências dos sujeitos envolvidos. Para atingir o objetivo investigou-se também a formação inicial dos professores e a contribuição dessa formação para suas práticas pedagógicas no universo da inclusão. A intenção da pesquisa qualitativa deixa claro que o foco de interesse não condiz com atividades em que seja necessário quantificar dados ou fazer análises estatísticas, mas que se deve coletar dados no ambiente escolar, onde as informações dependem das falas de professores que estão sempre repletas de subjetividade, característica que se faz presente em toda a nossa intenção de pesquisa. Desse modo, optou-se por desenvolver a pesquisa através de uma abordagem qualitativa onde a subjetividade encontra um campo mais apropriado para ser interpretada.

Tomando por base trabalhos de Chizzotti (2003) considera-se que as abordagens qualitativas constituem um campo transdisciplinar em que se faz necessário adotar múltiplos métodos de investigação, pois o objeto de estudo de um fenômeno qualitativo está situado exatamente no local em que este ocorre. É através desse tipo de abordagem que se busca encontrar o sentido do fenômeno e interpretar os significados que as pessoas dão a ele. Por uma questão de logística se adotou o município de Moju para desenvolver a pesquisa.

O trabalho quanto aos objetivos se trata de uma pesquisa exploratória e descritiva. A primeira tem como objetivo “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (SILVEIRA e CÓRDOVA 2009, p. 35). Logo, é exploratória por envolver no primeiro momento um levantamento bibliográfico e no segundo aplicação de roteiro de pesquisa. Também é uma pesquisa descritiva, pois se descreveram os fatos e fenômenos de determinada realidade, no caso foram descritos os dados da pesquisa de campo para posterior análise.

Quanto aos procedimentos se constitui como uma pesquisa bibliográfica e de campo. Realizou-se levantamento bibliográfico para a fundamentação da pesquisa. Caracteriza-se como uma pesquisa de campo, pois foi feita a coleta de dados na Escola Antônio de Oliveira

Gordo com dois professores que possuem alunos com surdez em sala de aula. “A pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa” (SILVEIRA e CÓRDOVA 2009, p. 37). O que motivou a escolher a pesquisa de campo foi verificar *in lócu* como os professores dessa escola entendem e enfrentam o processo de inclusão de alunos surdos na sala de aula.

O instrumento usado para coleta dos dados foram dois roteiros, primeiro sobre a escola e o segundo direcionado aos professores, este composto por 5 perguntas abertas (vê apêndices).

Os dados para o desenvolvimento deste trabalho foram coletados na Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio de Oliveira Gordo pertencente à rede pública de ensino, localizada na zona urbana da cidade de Moju-Pa. A referida escola possui 690 alunos. 22 turmas distribuídas nos turnos manhã e tarde. Cada turma tem aproximadamente 35 alunos. São 35 professores que prestam serviço a escola. No geral, a escola possui 49 funcionários.

Os sujeitos do estudo são dois professores licenciados que lecionam há mais de 10 anos na educação básica.

3.2 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM OS DOCENTES

Os docentes entrevistados foram denominados de **DI** e **D2** para atender a seus pedidos de anonimato e preservar suas identidades.

Passa-se agora a desenvolver uma análise das informações obtidas das entrevistas com os professores entrevistados. Visou-se identificar aspectos da formação inicial que influencia nas práticas pedagógicas, as metodologias que utilizam no trato com turmas que possuem alunos surdos, a formação continuada que recebem como apoio às atividades profissionais e as dificuldades que enfrentam para lecionarem nas turmas que possuem alunos surdos. **DI** trabalha com três alunos surdos em sala de aula e com ajuda de intérprete e **D2** trabalha com um aluno também conta com intérprete. Todos lecionam no Ensino Fundamental maior para turmas numerosas no ensino regular.

O primeiro aspecto investigado foi à formação dos professores, quando se pretendeu verificar o nível de qualificação de cada um deles e quais as disciplinas do curso superior que trataram sobre inclusão ou Libras, obtiveram-se as seguintes respostas:

DI – “Licenciatura plena em Letras. Nenhuma disciplina fez qualquer trabalho a respeito da inclusão ou Libras”.

D2 - “Pedagogia e Pós-graduação em Libras. Na pedagogia disciplina de Libras e educação especial”.

Observou-se que os professores pesquisados possuem graduação em Letras e Pedagogia. D2 possui especialização em Libras e teve duas disciplinas sobre a temática na grade curricular do seu curso de graduação, enquanto D1 não teve nenhuma disciplina sobre o assunto. Remetendo a constatação de Silva (2009) que mostrou que o tema inclusão em sala de aula tem sido de alguma maneira introduzido aos graduandos do curso de pedagogia, enquanto alunos de outros cursos afirmaram não ter tido contato com assunto. As mudanças necessárias devem começar na formação inicial desse docente que na sala de aula terá que lidar com as mais diversas situações, entre elas trabalhar com os alunos surdos.

Atualmente não existe nenhuma lei que torne a Educação Especial ou Inclusiva como matéria ou disciplina obrigatória dos cursos de Licenciaturas, o que se tem é a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), que no seu capítulo II, artigo 4 diz:

O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais -Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais -PCNs (BRASIL, 2002, p. 1).

O ensino de LIBRAS é obrigatório nos cursos de Licenciaturas, Fonoaudiologia, Educação Especial.

A falta de formação na área da Educação Especial, mais precisamente com alunos surdos demonstra ser um entrave à qualidade do ensino praticado por esses professores. A formação inicial que começa na universidade precisa ser repensada já que muitos cursos de Graduação, principalmente os de licenciatura que possuem poucas disciplinas voltadas para a Educação Especial. Contudo, temos um avanço que é a obrigatoriedade de disciplinas voltadas para LIBRAS nos cursos de Licenciaturas.

Perguntou-se aos docentes se eles receberam da escola alguma espécie de formação ou de qualificação específica a título de formação continuada que viesse a aprimorar suas práticas docentes e auxiliar no trabalho com alunos surdos e obtiveram-se as seguintes respostas:

D1 - “A escola se preocupa em oferecer cursos que possam qualificar e aprimorar nosso trabalho, porém devido à incompatibilidade de horário não pude participar das formações”.

D2 - “Sim, curso básico de Libras”.

Os docentes foram unânimes em reconhecer que a escola ofereceu formação continuada na área. Mostrando que a escola tem uma preocupação com seus alunos e proporciona a inclusão também por meio da capacitação de seu corpo docente para melhor atender os alunos surdos como se observa na foto 1 que é momento de formação dos professores em Libras:

Foto 1- Formação docente em Libras



Fonte: Arquivo da escola (2015)

Outra questão levantada diz respeito às metodologias e recursos pedagógicos que os professores utilizam com os alunos surdos. As respostas que se obtiveram foram às seguintes:

D1 –“Slides com vídeos educativos, apresentação de trabalho com gravuras, xérox com imagens, quadro”.

D2 –“Vídeos, livro didático, atividades ilustradas e aula prática”.

Ambos os professores afirmaram que usam materiais e metodologias diversas com alunos surdos. Suas atitudes vão ao encontro das palavras de Melo e Oliveira (2012) que afirmam que o professor deve reconhecer que o aluno ouvinte aprende de modo diferente do aluno surdo, e se acredita que esse aspecto deve ser considerado ao se planejar a aula de Libras. Nesse sentido, o ensino deve ser oferecido com adaptações ao discente surdo para que ele também usufrua desses conhecimentos. É preciso propiciar aprendizagem para todos, portanto utilizar de vários modos de ensinar que auxiliem os alunos na construção do conhecimento seja eles surdos ou não.

Outro aspecto abordado se relaciona com as dificuldades que os professores encontram para ensinar os alunos surdos e se obtiveram as respostas:

D1 - “A dificuldade de fazê-los entender sobre os conteúdos e também de não saber falar libras com os mesmos”.

D2 - “Não encontro dificuldade por saber a língua materna do aluno surdo, facilitando assim meu trabalho e aprendizado do aluno, com isso consigo fazer minhas aulas mais dinâmicas, prazerosas para todos os alunos surdos ou ouvintes”.

D1 declarou que sua dificuldade consiste em não dominar Libras e assim não saber se comunicar com o aluno surdo. *D2* afirmou não ter dificuldade em dominar Libras. Uma das grandes dificuldades do processo de ensino com alunos surdos diz respeito ao professor não saber básico da língua de sinais, mesmo com intérprete em sala de aula, docente não pode deixar de se comunicar com aluno surdo, essa comunicação acontece por meio da Libras. Assim, docente precisa ter noções mínimas para melhor se comunicar com esses discentes.

Perguntou-se qual a mudança na rotina em sala de aula com inserção dos alunos surdos e os professores responderam que:

D1 - “Inicialmente ficamos perdidos devido essa preocupação foram ofertados cursos, palestras, professores cuidadores para melhorar nosso trabalho em sala de aula”.

D2 - “As aulas tiveram que ser mais dinâmicas e isso facilitou não só para aluno surdo, mas sim para a turma toda”.

Percebe-se que as respostas foram diferentes, enquanto *D1* alegou que ficou perdido *D2* afirma que teve que promover aulas mais dinâmicas. Docentes, os estabelecimentos de ensino, o sistema educacional brasileiro precisam se adequar ao aluno e não o contrário, porque a inclusão já é uma realidade e para que de fato essa inclusão ocorra é preciso conjunto de ações que favoreçam a integração social e sua opção por práticas heterogêneas.

3.3 PROJETO LIBRAS COMO DISCIPLINA

A escola Antônio de Oliveira Gordo proporciona gradualmente a inclusão dos alunos surdos, isso se dá também por meio do projeto “LIBRAS COMO DISCIPLINA” (vê Anexo A) que tem como objetivo promover a sociabilização da pessoa surda na sociedade. O projeto tem como foco alunos ouvintes e surdos do 6º ao 9º ano (manhã e tarde) do Ensino

Fundamental e traz a Libras como disciplina experimental com a carga horária de 45m semanal por turma.

O projeto tem dois anos de execução (vê Anexo C) e foi bem aceito por grande parte dos alunos e pelos professores, que já estão familiarizados com a língua de sinais. Como disciplina, a Libras passa a fazer parte do cotidiano escolar de todos. As aulas são teóricas e práticas, primeiramente se faz uma breve fundamentação teórica da LIBRAS, para que os alunos conheçam a história e suas origens. Além dos sinais, (números e quantidades, sinais matemáticos, meses do ano, unidades de medidas, família (parentesco), verbo, animais, antônimo, tempos verbais, cores, profissão, documentos, comidas, frutas, geometria, valores monetários, medidas, estados e capitais, municípios do Pará, países, bebidas, lugares da escola, natureza, redes sociais, localização, lugares do lar).

Foram propostas aulas práticas, diálogo e seminários para exercitar a parte prática da LIBRAS e a expressão facial. Brincadeiras e dinâmicas com o objetivo de memorizar os sinais de forma lúdica e a leitura das setas para que o aluno aprenda a ler e entenda os sinais.

A partir do projeto a escola promoveu várias atividades envolvendo a Libras e formou um coral, formado por alunos surdos e ouvintes, que desenvolveu diversas atividades na escola e fora dela, como se observam nas fotos abaixo:

A foto 2 apresenta coral de Libras da escola Antônio de Oliveira Gordo formado no ano de 2015 a partir do projeto “Libras como disciplina”.

Foto 2- Coral de Libras da Escola Antônio de Oliveira Gordo



Fonte: Arquivo da escola (2015)

A foto 3 mostra coral de Libras apresentando hino nacional em sala de aula da escola Antônio de Oliveira Gordo.

Foto 3- Coral participando de atividade em sala de aula



Fonte: Arquivo da escola (2015)

A foto 4 mostra alunos se apresentando no salão da escola para a comunidade escolar.

Foto 4- Coral participando de atividade extraclasse



Fonte: Arquivo da escola (2015)

A foto 5 ilustra coral se apresentando na praça de Conceição em um evento na cidade de Abaetetuba.

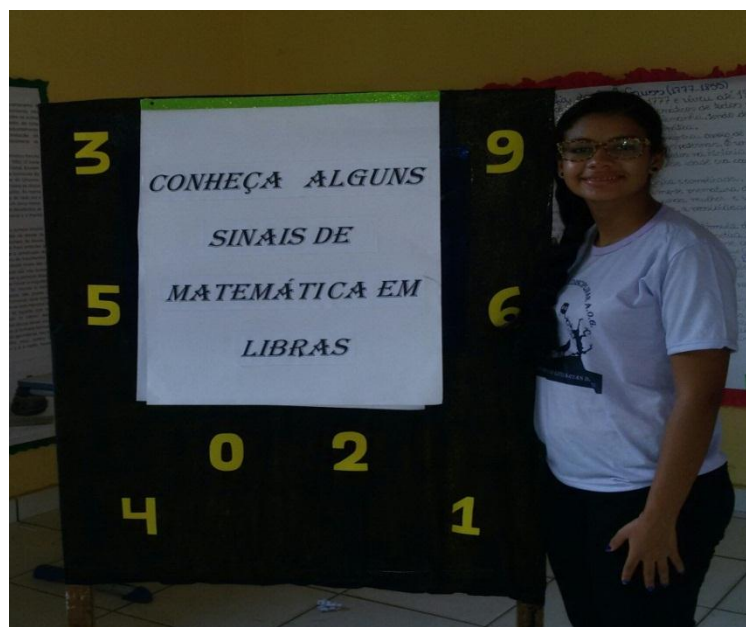
Foto 5- Coral participando de evento na Praça de Abaetetuba.



Fonte: Arquivo da escola (2015)

As fotos 6 e 7 mostram a aluna surda participando da feira de ciências da escola com o projeto “Conheça alguns sinais de Matemática em Libras”.

Foto 6- Aluna surda apresentando o trabalho “Conheça alguns sinais de Matemática em Libras” na feira de ciências da escola



Fonte: Arquivo da escola (2015)

Foto 7- Aluna apresentando trabalho na feira de ciências



Fonte: Arquivo da escola (2015)

A fotos 8 e 9 mostram a aluna surda durante seminário em sala de aula apresentando trabalho de matemática em libras com demais alunos.

Foto 8- Apresentação de trabalho em sala de aula



Fonte: Arquivo da escola (2015)

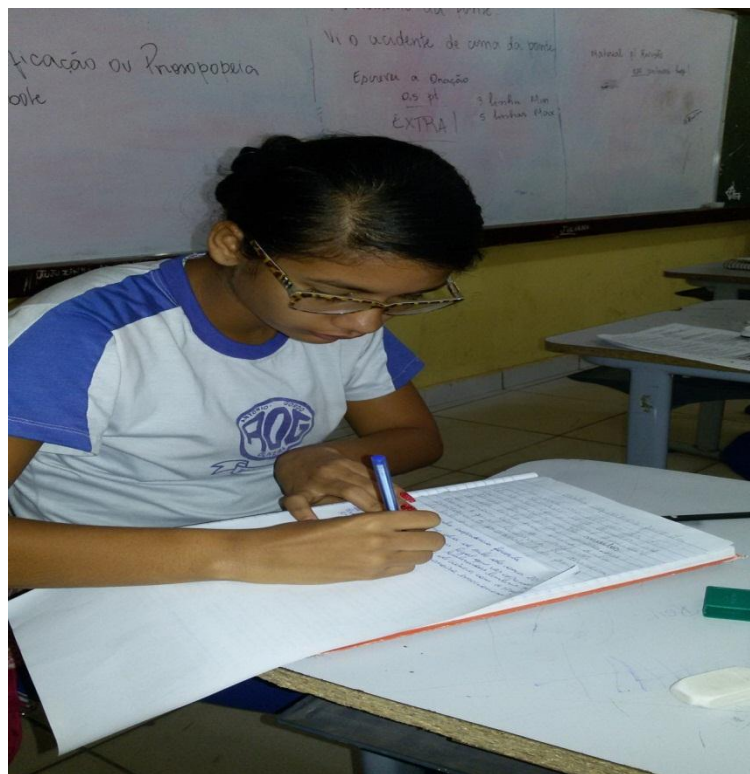
Foto 9- Aluna apresentando trabalho em Libras



Fonte: Arquivo da escola 2015

A foto 10 apresenta a aluna surda fazendo sua atividade escrita no caderno.

Foto 10- Aluna surda fazendo atividade escrita no caderno



Fonte: Arquivo da escola 2015

Enfim, o processo de inclusão do aluno surdo já é uma realidade da escola, pois o projeto proporcionou a todos os alunos o aprendizado e a familiarização com a Libras com isso melhorando desempenho tanto dos alunos surdos quanto ouvintes, promovendo uma maior interação entre aluno ouvinte e surdo e professores, também uma melhor formação para todos. Observa-se no espaço escolar maior comunicação entre alunos surdos com demais e como ficaram visíveis nas fotos acima os alunos participando de atividades fora e dentro da escola, mostrando que através do projeto Libras como disciplina se pode fortalecer ainda mais o processo inclusivo do aluno surdo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados obtidos, pode-se afirmar que:

Um professor dos docentes pesquisados possui falha na sua formação inicial, pois durante seu curso superior não teve contato com disciplinas de libras ou inclusão. Por unanimidade os docentes reconheceram que a escola ofertou uma formação continuada na área. Os entrevistados afirmaram que usam materiais e metodologias diversas com alunos surdos. Um professor alegou que tem dificuldade com aluno surdo porque não domina a língua de sinais, enquanto outro docente afirmou não ter dificuldade, pois possui especialização na área da Libras. Em relação à mudança na rotina em sala de aula com inserção dos alunos surdos, um professor disse que ficou desorientado e outro afirmou que teve que dá aulas mais dinâmicas para envolver a todos.

Durante o curso de Licenciatura Plena em Pedagogia tive uma disciplina de 48 horas que tratou sobre LIBRAS e outra sobre Educação Especial: Fundamentos teóricos da Educação Especial. A princípio acredita-se que essa deva ser uma tendência atual dos currículos praticados nas universidades e nesse sentido, a reorganização curricular dos cursos de graduação é um dos grandes desafios da educação superior.

A inserção de disciplinas que tratem da Inclusão e Libras em cursos de licenciatura em Pedagogia apresenta-se como uma necessidade e no contexto atual, diante da perspectiva de uma educação inclusiva se torna essencial para a formação dos professores, principalmente na formação do professor da educação básica, uma vez que ele deverá encontrar alunos com necessidades educacionais especiais nas salas de aula e precisará adaptar suas práticas pedagógicas a diferentes situações do cotidiano escolar e a grupo de alunos diferenciados para os quais irá lecionar, sejam surdos, cegos, etc.

A inclusão dos alunos surdos em salas de aulas do ensino regular tem provocado várias mudanças nesse contexto educacional e o processo vem modificando o ambiente escolar em aspectos que vão desde a convivência de alunos, professores, técnicos e gestores com os alunos surdos, em um mesmo espaço físico, até uma completa reformulação na organização do trabalho pedagógico das escolas, principalmente entre os professores que tem contato direto e por mais tempo com eles. Acredita-se que essa inserção no ambiente escolar é uma experiência fundamental para a sociedade escolar, pois cria uma atmosfera em que se faz necessário aprender a conviver, ajudar e respeitar as diferenças, mas o ganho educacional é sem dúvida para os alunos surdos que passaram a compartilhar o mesmo palco com os atores do universo escolar, trocando experiências e obtendo conhecimentos de uma forma geral.

Assim, todas as pessoas tem o direito ao acesso e a permanência na escola pública, gratuita e de qualidade, aspecto desejado pela sociedade e garantido pelas leis.

É importante que haja o comprometimento das Secretarias de Educação com a formação continuada dos professores, não só de Pedagogia, mas com todos os profissionais da educação, oferecendo cursos de capacitação voltados para a Educação Inclusiva, Educação dos surdos e, desse modo, garantir a esses profissionais a oportunidade de suprir as lacunas deixadas durante a sua formação acadêmica e permitir que possam se qualificar e atender a todos de forma mais justa e igualitária. Os governos Federal, Estadual e Municipal devem oferecer melhores condições para o acesso e a permanência dos alunos surdos no ensino básico, não só melhorando a infraestrutura das escolas, mas também contratando pedagogos, técnicos educacionais e outros profissionais habilitados para atuar nas escolas e nas salas de Atendimento Educacional Especializado, contribuindo dessa forma para a consolidação de um processo inclusivo com mais qualidade na educação de todos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96**. Brasília: 1996.

_____. **Lei nº 10.436, 24/04/2002 Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras**. Brasília, DF: Senado. 2002.

_____.Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para educação especial na educação básica/ Secretaria de Educação especial–MEC, SEESP, 2001.**

_____. **Resolução CNE/CP nº 01, de 18 de fevereiro de 2002: Institui as diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da educação básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena**. Brasília, DF, 2002^a

CHIZZOTTI, Antônio. **A pesquisa Qualitativa em ciências Humanas e Sociais Evolução e desafios**. Revista Portuguesa de Educação. Vol.16, número 002. 2003.

GOMES, Cláudia Ap. Valderramas. **A audição e a surdez**. IN: Saberes e práticas da inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos. [2. ed.] / coordenação geral SEESP/MEC. - Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

GONÇALVES, Humberto Bueno; FESTA, Priscila Soares Vidal. **Metodologia do professor no ensino de alunos surdos**. Ensaios pedagógicos. Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia das Faculdades OPET, Dezembro de 2013.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus Professor, Adeus Professora?** novas exigências educacionais e profissões docente. São Paulo: Cortez, 1998.

LOPES, Neilza Souza. **Educação inclusiva: os impasses na atuação pedagógica dos professores de alunos com NEE (necessidades educacionais especiais) inseridos em classes regulares, na rede municipal de ensino**. Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção da graduação em Pedagogia. Salvador, 2011.

MANTOAN, Maria Tereza Egler. **Construir a escola das diferenças: caminhando nas pistas da inclusão**. Programa Salto para o Futuro. In: Boletim da Série Escola de atenção às diferenças. Brasília: MEC/SEED, 2010.

MELO, Geovana Ferreira; OLIVEIRA, Paulo Sérgio de Jesus. **Ensino-aprendizagem de LIBRAS: mais um desafio para a formação docente**. B. Téc. Senac: a R. Educ. Prof., Rio de Janeiro, v. 38, nº 3, set./dez. 2012.

MOTTA, Livia. **Atividades Inclusivas**. Instituto Paradigma, 2008.

OLIVEIRA, Ingrid Bergman Ribeiro. **A importância da formação dos profissionais da educação para atender alunos com deficiência no ensino regular**. Revista científica eletrônica de ciências sociais aplicadas da EDUVALE. Publicação científica da Faculdade de Ciências Sociais aplicadas do Vale de S.o Lourenço-Jaciara/MT Ano IV, Número 06, novembro de 2011.

PEREIRA, Graciele Kerlen. **Curso de formação básica em LIBRAS**. Universidade Federal de São João del-Rei. 2011.

PERLIN, Gladis; STROBEL, Karen. **Fundamentos da educação de surdos**. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

PERRENOUD, Philippe. **A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica**. Tradução de Cláudia Schilling. Porto Alegre. Artmed, 2002.

REIS, Dulcilene Saraiva. **Formação docente e educação de surdos: um encontro com a diferença, cultura e identidade surda**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Porto Velho, 2013.

RODRIGUES, Telma Tietre. **LIBRAS**. Universidade Estácio de Sá. 2007.

ROSA, Emiliana Faria. **Educação de surdos e inclusão: caminhos e perspectivas atuais**. Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v.19, n2, p.146-157, jul./dez. 2011.

SILVA, Lídia Martins Da. **Educação inclusiva e formação de professores**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Pesquisa e Pós-Graduação do Curso de Especialização *Latu Sensu* a distância em Educação Profissional Tecnológica Inclusiva, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 2009.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernando Peixoto. **A pesquisa científica**. In: GERHARDT, Tatiana Engel SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

APÊNDICES

APENDICE A- ROTEIRO SOBRE A ESCOLA PESQUISADA

1. Os dados para o desenvolvimento do trabalho irão ser coletados em qual escola?
2. Qual a localização da escola?
3. Quantos alunos a escola possui? Quantos alunos com surdez?
4. Quantas turmas a escola tem?
5. Cada turma tem aproximadamente quantos alunos?
6. Quantos professores prestam serviço à escola?
7. No geral, a escola possui quantos funcionários?

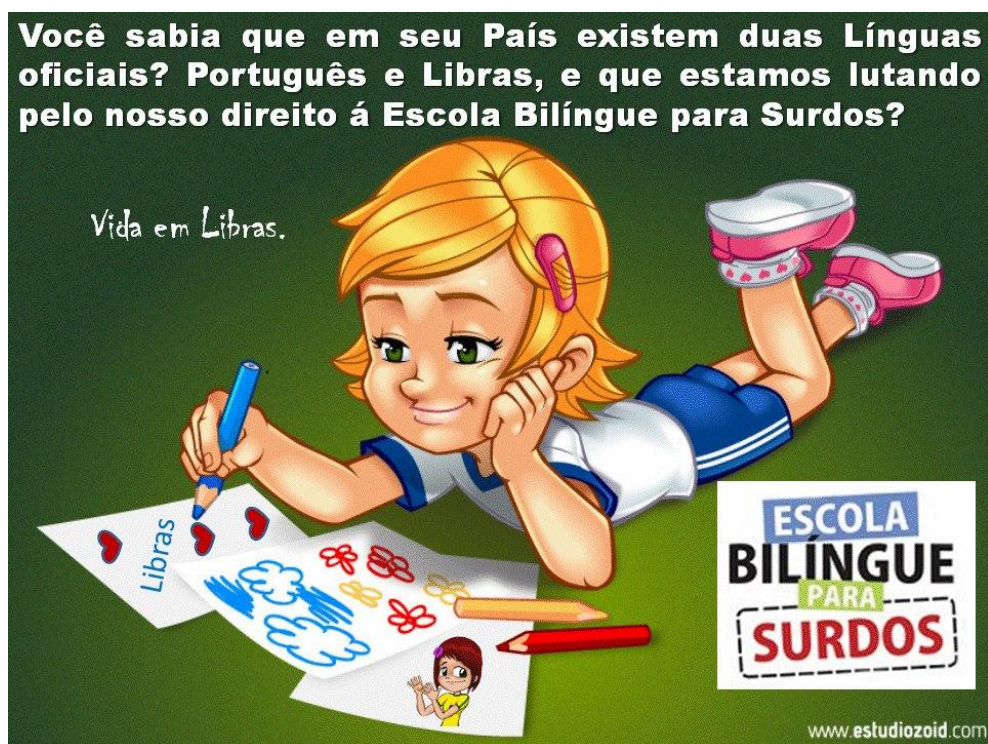
APENDICE B- ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS PROFESSORES

- 1- Qual sua formação? No seu curso de Licenciatura, quais foram às disciplinas que falaram sobre a inclusão ou LIBRAS?
- 2- Você recebeu da escola algum curso de formação ou qualificação específica a título de formação continuada que viesse a aprimorar suas práticas docentes e auxiliar no trabalho com alunos surdos?
- 3- Quais são as metodologias de ensino e recursos pedagógicos que você costuma utilizar para ministrar as aulas para alunos surdos?
- 4- Que dificuldade você encontra no processo de ensino-aprendizagem com alunos surdos?
- 5- O que mudou na rotina de sala de aula a inserção de alunos surdos?

ANEXOS

ANEXO A-PROJETO “A LIBRAS como Disciplina no Ensino Regular”.

DALINE FEIO DA CUNHA
HELENA PINHEIRO AZEVEDO
ROSELENA PINHEIRO AZEVEDO



A LIBRAS como Disciplina no Ensino Regular.

Moju/PA
2014

TEMA: A LIBRAS como Disciplina no Ensino Regular.**PROBLEMÁTICA:**

A escola é muito importante na formação dos sujeitos em todos os seus aspectos. É um lugar de aprendizagem, de diferenças e de trocas de conhecimento, precisando, portanto atender a todos sem distinção, a fim de não promover fracassos, discriminações e exclusões. Entretanto, o aluno surdo que está incluso em uma escola regular não vivencia isso, pois as escolas da rede municipal de Moju não possuem a LIBRAS como disciplina para que tal venha contribuir na formação do indivíduo surdo e ouvintes, possibilitando uma maior comunicação entre todos.

JUSTIFICATIVA:

Na discussão sobre a educação dos surdos, devem-se relevar as necessidades e dificuldades linguísticas dos mesmos. Atualmente, entende-se, na educação desses alunos, a primeira língua deve ser a de sinais, pois possibilitam a comunicação inicial na escola em que eles são estimulados a se desenvolver, uma vez que os surdos possuem certo bloqueio para a aquisição natural da linguagem oral.

O ensino de libras vem sendo reconhecido como caminho necessário para uma efetiva mudança nas condições oferecidas pela escola no atendimento escolar desses alunos, por ser uma língua viva, produto de interação das pessoas que se comunicam.

Essa linguagem é um elemento essencial para a comunicação e fortalecimento de uma identidade Surda no Brasil e, dessa forma, a escola não pode ignorar no processo de ensino aprendizagem.

A educação inclusiva se orienta pela perspectiva da diversidade, com metodologias e estratégias diferenciadas, com responsabilidade compartilhada, cuja capacitação do professor passa pelo conhecimento sobre a diversidade, com a família, responsabilidade para com o exercício da profissão. As transformações acontecem na atividade principal, quando o aluno esta dentro da sala de aula.

Este é o principal motivo de haver modificação, pois sem ela, não haverá mudança, considerando que as relações e a constituição do ser humano acontecem nas situações mais ocultas da vida.

Segundo Quadros (1998, pg. 64), assim como as línguas faladas às línguas de sinais não são universais: cada país apresenta a sua própria língua. No caso do Brasil, tem - se a LIBRAS.

O ensino de dessa linguagem é uma questão preocupante no contexto da educação dos surdos, pois o reconhecimento da importância do estudo da mesma no ensino de surdos, ainda é deixado de lado. Portanto há uma necessidade maior de reflexão no sentido de evidenciar a sua importância.

A principal função da escola é possibilitar ao aluno adequar-se ao conhecimento ensinado pelo professor. Neste processo de ensino aprendizagem, os conceitos oferecidos pela escola interagem com os conceitos do senso comum aprendidos no cotidiano e, nessa interação é que a escola reorganiza os ensinamentos modificando-os, que se consolidam a partir do senso comum.

Como a área de Educação e Surdez é ainda um campo pouco explorado, faz-se necessário um olhar mais detalhado e que contemple a relação do ouvinte com o “mundo dos surdos”. Compreendendo como se constrói o relacionamento do ouvinte com esse “mundo” e como se dá o seu envolvimento, pode-se chegar ao esclarecimento das dificuldades/facilidades encontradas nesse contato.

Através desse esclarecimento, o interesse dos profissionais da educação por essa área tende a crescer, proporcionando melhoria na qualidade de ensino e uma melhor integração social dos indivíduos surdos.

OBJETIVO GERAL: Promover a sociabilização da pessoa surda na sociedade.

METODOLOGIA:

A realização deste projeto se dará do 6º ao 9º ano (manhã e tarde) do Ensino Fundamental como disciplina experimental na Escola Antônio de Oliveira Gordo, no período letivo, com a carga horária de 45m semanal por turma.

REFERENCIAL TEÓRICO:

1- A HISTÓRIA DA LIBRAS.

Segundo a legislação vigente, Libras constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas com deficiência auditiva do Brasil, na qual há uma forma de comunicação e expressão, de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria.

As línguas de sinais apresentam características distintas das línguas orais, pois se baseiam no meio visual-espacial, já que se faz necessário olhar os movimentos do emissor da mensagem para se entender o que esta sendo repassado, diferente das línguas orais nas quais

se pode compreender a mensagem sem mesmo estar olhando para o emissor, pois sua base é a audição. Pereira (1993) escreve sobre as diferenças bases entre as línguas de sinais e as orais, mostrando-nos que as línguas de sinais.

... apresentam características diferentes das línguas orais, resultantes da diferença do canal de transmissão – gestual/visual em posição ao canal oral/aural das línguas orais. A principal diferença é que, nas línguas orais, os vocábulos são organizados sequencialmente – como uma sequência linear de elementos sonoros- enquanto que nas línguas de sinais os elementos são organizados como uma combinação de componentes que ocorrem simultaneamente. (apud, Revista Ciência, Cuidado e Saúde, Maringá).

As estudiosas Honora e Frizanco (2009) também dissertam sobre o assunto e nos mostram um exemplo claro de como as formas de comunicação com Língua de sinais e Línguas orais são diferentes:

Um exemplo é um casal de ouvintes que conversa mesmo quando um deles está na cozinha e outro na sala. Já nas línguas de sinais esta situação é impossível, pois precisamos estar ao alcance da visão para que o sinal seja notado e percebido pelo receptor. (HONORA,FRIZANCO, 2009, p. 41).

Algo que também se considera muito importante é o fato de que as línguas de sinais possuem mecanismos morfológicos, sintáticos e semânticos diferentes das línguas orais, no entanto assim como as Línguas Orais, a Línguas de Sinais são dinâmicas, desta forma, passíveis de transformações com a criação de novos sinais e a utilização de gírias.

No Brasil, a Língua de Sinais transforma-se em língua Brasileira de sinais a partir da chegada de do educador Frances Hernaldo Huet, que trouxe para o país durante o Segundo Império, documentos importantes para se educar a pessoa surda e solicitou ao Imperador D. Pedro II um prédio para fundar, em 1857, o Instituto dos Surdos Mudos do Rio de Janeiro, atual Instituto Nacional de Educação dos Surdos – INES, no entanto em 1911 o instituto passa para por adotar o Oralismo puro, pois para alguns “a fala seria o único meio de restituir o surdo-mudo na sociedade”. (Dr. Menezes VIEIRA, apud livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais).

Outros Institutos foram importante para o desenvolvimento da Libras e da pessoa surda, como o instituto Santa Teresinha, fundada 1929 que inicialmente trabalhava com o sistema de internato, mas apenas com meninas surdas, a partir de 1970 passa a aceita meninos surdos e a trabalhar conceito de integração no ensino regular.

Os estudos relacionados à Língua Brasileira de Sinais foram iniciados no Brasil por Gladis Knak Rehfeldt no livro “A Língua de Sinais do Brasil” em 1981, há também artigos realizados pela pesquisadora Lucinda Ferreira Brito que foram publicados, em 1995, em forma de livro com o título “Por Uma Gramática das Línguas de Sinais”, após estes trabalhos

as pesquisas relacionadas a Libras se tornam mais frequentes, explorando cada vez mais os aspectos da estrutura da língua.

2- AS BASES LEGAIS DA INCLUSÃO DAS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

A luta em favor da equidade educacional, entre as pessoas com necessidades especiais e as ditas normais, não é atual. A educação inclusiva é fundamentada na concepção dos direitos humanos, no qual todos são iguais, não podendo assim haver exclusão, seja no âmbito social ou escolar.

No entanto, a Educação Especial organizou um atendimento educacional diferenciado, com escolas especiais e classes especiais, além dos já citados Instituto Benjamin Constant e o Instituto Nacional da Educação dos Surdos, também temos no Brasil o Instituto Pestalozzi (1926) especializado no atendimento as pessoas com deficiência mental e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE (1945), exemplos de instituições destinadas às pessoas especiais.

O atendimento educacional às pessoas com deficiência passa a ser fundamentada, em 1961, pela lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional _ LDBEN, apontando o direito dos excepcionais a uma educação dentro do sistema de ensino regular, além disso, em 1973, o MEC cria o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, responsável PELA Educação no Brasil, neste momento valoriza-se ainda mais as ações voltadas à educação das pessoas especiais e com superdotação.

Pode-se perceber, que a partir desse momento, as leis a favor das pessoas com necessidades especiais tornam-se cada vez mais comuns no âmbito social, a própria constituição federal de 1988, reforça que a educação é um bem que deve ser oferecidos a todos, como afirma a Revista Inclusão (v.4. nº1, 2008):

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art. 3º, inciso IV). Define no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art.208) (BAPTISTA, 2008, p. 10).

Além disso, o Estatuto da Criança e do Adolescente determina que seja responsabilidade dos pais matricular seus filhos no ensino regular. A Declaração de Salamanca (1994) e a Declaração Mundial de Educação para todos (1990) passam a

influenciar nesta época a criação de novas políticas públicas voltadas para a educação inclusiva. Como afirma Honora e Frizanco:

Entendemos que a Declaração de Salamanca foi um marco muito importante no que se refere à educação dos alunos com deficiência. O que anterior a esta declaração era regra, ou seja, a Educação Especial, a educação institucionalizada, após esta, passou a ser exceção. Por meio da Declaração de Salamanca foi fundamentado o direito de que alunos com deficiência ou não pudessem estudar juntos. A Educação Especial começa a dar espaço para a Educação Inclusiva. . (HONORA,FRIZANCO, 2009, p. 31).

A Convenção de Guatemala (1999), por sua vez determina que as pessoas com necessidades especiais têm os mesmos direitos que as pessoas ditas normais, definindo como discriminação toda forma de exclusão ou tentativa de diferenciação fundamentando isso, temos as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, determinando que é dever das escolas de ensino regular matricular e assegurar as condições necessárias para a aprendizagem das crianças especiais.

Em prol do aprendizado da pessoa surda a lei nº 10.436/2002, que regulariza o acesso à escola da criança surda, tendo Libras como meio legal de comunicação, para isso incluindo-a como disciplina nos cursos de licenciatura e fonoaudióloga. A convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006, determina que é dever do estado garantir um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, e o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE de 2007, que tem por eixos “ à formação de professores para a educação especial, a implantação de salas de recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, acesso e a permanência das pessoas com deficiência no Ensino Superior e o monitoramento do acesso à escola dos favorecidos pelo Benefício de Prestação Continuada - BPC”. (revista inclusiva, V. 4. nº 1, 2008).

2.1-Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.

Todas as leis em defesa da Educação Especial são importantes, pois garantem a acessibilidade e a permanência do deficiente no âmbito escolar, mas também torna o especial um ser de direitos e deveres, igualando-o aos ditos normais, mostrando a sociedade capitalista que eles são capazes como qualquer outro ser humano.

Em especial, ressalta-se a Lei nº 10.436/02 que reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão da pessoa surda, determinando que sejam garantidas formas institucionalizadas de apoiar e difundir a mesma.

Presidência da Republica
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos.
LEI Nº 10.436, DE ABRIL DE 2002.

Regulamento

Dispõe sobre a língua Brasileira de sinais-
Libras e da outras providências.

O PRESIDENTE DA REPUBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único: Entende-se como Língua Brasileira de Sinais-Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2º Deve ser garantido, por parte do saber publico em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e de fusão da Língua Brasileira de Sinais-Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Art. 3º As instituições publicas e empresas concessionárias de serviço público de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

Art. 4º O sistema educacional federale os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito federal devem garantir a inclusão nos cursos de Educação Especial, de Fonoaudióloga de Magistério, em seus níveis médios e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais-Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.

Parágrafo único: A língua Brasileira de Sinais-Libras Não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de Abril de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Paulo Renato Souza

A LIBRAS no contexto do Ensino Fundamental.

Diferente dos ouvintes, grande parte das crianças surdas entram na escola sem o conhecimento da língua, sendo que a maioria delas vem de famílias ouvintes que não sabem a língua de sinais, portanto, a necessidade que a LIBRAS seja, no contexto escolar, não só língua de instrução, mas, disciplina a ser ensinada, por isso, é imprescindível que o ensino de LIBRAS seja incluído nas séries iniciais do ensino fundamental para que o surdo possa adquirir uma língua e posteriormente receber informações escolares em língua de sinais.

O papel da língua de sinais na escola vai além da sua importância para o desenvolvimento do surdo, por isso, não basta somente a escola colocar duas línguas nas classes, é preciso que haja a adequação curricular necessária, apoio para os profissionais especializados para favorecer surdos e ouvintes, a fim de tornar o ensino apropriado a particularidade de cada aluno. Sobre isso Skliar menciona:

Segundo SKLIAR (2005, p. 27): “Usufruir da língua de sinais é um direito do surdo e não uma concessão de alguns professores e escolas”.

A escola deve apresentar alternativas voltadas às necessidades lingüísticas dos surdos, promovendo estratégias que permitam a incursão e o desenvolvimento da língua de sinais como primeira língua.

As diferentes formas de proporcionar uma educação à criança de uma escola dependem das decisões político-pedagógicas adotadas pela escola. Ao optar por essa educação, o estabelecimento de ensino assume uma política em que duas línguas passarão a ser exercitadas no espaço escolar. A inclusão da pessoa surda deve ser integral, acima de tudo, digna de respeito e direito a educação com qualidade atendendo aos interesses individuais e nos grupos sociais.

A LIBRAS como Disciplina no Ensino Regular.

Atualmente os Surdos no Brasil já conquistaram um grande espaço em vários âmbitos da sociedade garantindo diversos direitos como a legitimidade de sua língua sendo esta a segunda língua mais falada no país.

O reconhecimento legal dessa língua traz para a comunidade surda uma ampliação das possibilidades de inclusão ao torna - lá disciplina nas escolas. Essa iniciativa pode lhe dar uma proporção maior do que se apresenta hoje, pois, quando “(...) possibilita seu ensino em

escolas regulares, respeitando-se suas variações. (...) sob pena de funcionar como instrumento ratificador de preconceitos e do distanciamento entre os atores sociais.” (NASCIMENTO. 2009, p. 15)

Como pode ser visto colocar a LIBRAS nas escolas e de fundamental importância, seria um pontapé inicial para que o preconceito que existe a respeito da condição desses indivíduos seja sanado, já que a maior causa do distanciamento entre ouvintes e Surdos se dá pela falta de comunicação o que gera por parte da comunidade ouvinte pré-conceitos, estigmas e ideologias que deturpam a verdadeira personalidade da pessoa Surda. Os surdos por sua vez se sentem desmotivados a se comunicar com os ouvintes, pois, sabem que eles não têm o conhecimento de sua língua o que torna essa tentativa desgastante.

A escola que tem o ideal inclusivo busca formar cidadãos que interajam com as diferenças, inserir apenas o surdo na escola regular e não incluir parte fundamental da expressão de sua cultura que é a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) impede tanto a inclusão dos ouvintes na vida dos surdos por não ter acesso a sua Língua quanto à dos surdos na vida dos ouvintes pela impossibilidade de comunicação, indo totalmente contra ao que defende a educação inclusiva.

Sendo assim, entende-se que uma maneira democrática de compartilhamento da linguagem é o aprendizado da língua de sinais pela comunidade ouvinte, já que, tendo seu desenvolvimento cognitivo privilegiado pela aquisição da língua oral, para o ouvinte, é mais fácil aprender a língua de sinais, do que é, para o surdo aprender a língua portuguesa. Não é difícil entender que em um espaço educacional, onde é obrigatório o ensino de línguas estrangeiras, seja obrigatório o ensino de uma língua nacional, reconhecida pelo país. O que torna inaceitável que a língua oral seja a única dotada de legitimidade e prestígio em uma sociedade onde vivem e convivem várias pessoas com necessidades especiais auditivas, cidadãos brasileiros, com deveres e direitos, inclusive o de terem sua língua ensinada nas escolas regulares.

REFERENCIAS

QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de Sinais Brasileira - Estudos Lingüísticos**, 2004. Ed 1. Artmed Psipedagogia.

NASCIMENTO, Carla Alessandra de Oliveira. **Bilinguismo as Avestas: O ensino de LIBRAS em classe de ensino técnico regular**. Cuiabá- MT, 2009.

Revista Ciência, **Cuidado e Saúde**, Maringá, v. 5, n° 1, p. 98-107, janeiro/abril, 2006.

SKLIAR, Carlos; **A Surdez, um olhar sobre as diferenças**. 3ª edição; ed. Mediação – Porto Alegre – RS – 2005.

<http://www.leidireto.comv;br/lei-10436.html>

ANEXO B- PLANO DE ENSINO DA DISCIPLINA LIBRAS

ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO ANTONIO DE OLIVEIRA GORDO

PLANO DE ENSINO

1- IDENTIFICAÇÃO

Curso: Ensino Fundamental
Disciplina: Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)
Letivo: 2014
Carga Horária:
Período: Anual
Séries 6º, 7º, 8º e 9º
Professores:

2- EMENTA:

A referente disciplina terá por base o conhecimento de sinais de LIBRAS referente ao seu relacionamento escolar, familiar e social.

3- JUSTIFICATIVA:

Porque estudar Língua brasileira de sinais (LIBRAS)?

Porque a área de Educação e Surdez é ainda um campo pouco explorado, faz-se necessário um olhar mais detalhado e que contemple a relação do ouvinte com o “mundo dos surdos”. Compreendendo como se constrói o relacionamento do ouvinte com esse “mundo” e como se dá o seu envolvimento, pode-se chegar ao esclarecimento das dificuldades/facilidades encontradas nesse contato.

4- OBJETIVO GERAL:

- Promover a sociabilização da pessoa surda na sociedade.
- Conhecer diferentes formas de se relacionar com a pessoa surda.
- Entender a LIBRAS como língua.

5- OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Conhecer historicamente a Língua brasileira de sinais (LIBRAS).
- Conhecer os sinais referentes ao Alfabeto manual, números e quantidades, saudações e despedidas, materiais escolar, dia da semana e meses do ano.
- Assimilar os sinais correspondentes a família (parentesco), verbo, Antônimo, cores, animais e advérbio de tempo.
- Compreender os sinais dos documentos, comidas, frutas, profissões, meios de transportes e comunicações.
- Conhecer os sinais

6- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO.

1º BIMESTRE:

- História da LIBRAS
- Alfabeto manual
- Números e quantidades
- Saudações e despedidas Material escolar
- Dias da semana
- Meses do ano

2º BIMESTRE

- Advérbio de tempo e condições climáticas
- Família (parentesco)
- Verbo
- Cores
- Animais
- Antônimo

3º BIMESTRE

- Meios de comunicação
- Meios de transporte
- Profissão

- Documentos
- Comidas
- Frutas

4º BIMESTRE

- Valores monetários
- Medidas
- Estados e capitais
- Municípios do Pará
- Países
- Bebidas

7- PROCEDIMENTOS METODOLOGICO

- ✓ Aulas expositivas com apoio de apostilas.
- ✓ Usos de recursos tecnológicos como data show, aparelho de DVD, etc.
- ✓ Atividades em classes e extraclases.

8- AVALIAÇÃO

Considerando que a aprendizagem é um processo gradativo e contínuo e que o estudo de LIBRAS requer atenção e dedicação, a avaliação será de forma contínua. O educando será avaliado a cada dia, levando em conta o seu desempenho e atenção. O resultado desse processo culminará com exposições dos sinais de LIBRAS aprendidos.

9- REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA

- **ALMEIDA**, Elizabeth Crepaldi de. Atividades Ilustradas em Sinais da LIBRAS, São Paulo, Revinter, 2004.
- **CAPOVILLA**, Fernando César. Dicionário-Enciclopédico Ilustrado. Trilingue-Lingua de Sinais Brasileira(LIBRAS)-Vol.1. São Paulo EDUSP, 2001.
- **COUTO**, Raimundo Cleber Teixeira, Aprendendo Língua de Sinais – Vol.1. Belém-Pará,2007.

ANEXO C- RELATÓRIO SOBRE AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO PROJETO DISCIPLINA DE LIBRAS NA ESCOLA (2015)

A escola é muito importante na formação dos sujeitos em todos os seus aspectos. É um lugar de aprendizagem, de diferenças e de trocas de conhecimentos, precisando, portanto atender a todos sem distinção, a fim de não promover fracassos, discriminações e exclusões.

Diferente dos ouvintes, grande parte das crianças surdas entram na escola sem o conhecimento da língua, sendo que a maioria delas vem de família ouvintes que não sabem a língua de sinais, portanto, a necessidade que a LIBRAS seja incluída no contexto escolar, não só como língua de instrução, mas disciplina a ser ensinada para que o surdo possa adquirir uma língua e posteriormente receber informações escolares em língua de sinais.

A escola Antônio de Oliveira Gordo por sua vez, vem proporcionando essa inclusão desses alunos surdos, oferecendo novamente neste ano de 2015 a LIBRAS COMO DISCIPLINA para todos os alunos da escola, promovendo a comunicação entre surdos e ouvintes.

O projeto LIBRAS COMO DISCIPLINA, no seu segundo ano de existência na escola Antônio de Oliveira Gordo tem como objetivo difundir a LIBRAS por todas as turmas da instituição, propiciando uma verdadeira inclusão dos indivíduos surdos já que possibilita sua comunicação de fato com os outros alunos da escola estabelecendo relações através da linguagem.

Neste segundo ano de projeto tivemos uma aceitação melhor por parte dos alunos, onde os mesmos começaram a se acostumar com essa prática de ensino que a LIBRAS possui. Que antes era muito novo e hoje já é uma disciplina normal como as outras. Mas com o seu diferencial que são aulas práticas.

A disciplina este ano iniciou nas turmas com um breve fundamento teórico da LIBRAS, para que os alunos conhecessem a história e suas origens. Revisamos o alfabeto manual nas turmas de 7º, 8º e 9º anos, e no 6º anos foi ensinado o alfabeto, pois eram turmas novas na escola.

Prosseguimos com o ensino dos sinais, sendo que tivemos que revisar alguns deles, pois a LIBRAS é uma disciplina prática que precisamos exercitar a cada dia.

Continuemos os sinais, (números e quantidades, sinais matemáticos, meses do ano, unidades de medidas, família (parentesco), verbo, animais, antônimo, tempos verbais, cores, profissão, documentos, comidas, frutas, geometria, valores monetários, medidas, estados e capitais, municípios do Pará, países, bebidas, lugares da escola, natureza, redes sociais, localização, lugares do lar).

Para o ensino e aprendizagem desses sinais foram utilizadas diferentes metodologias como aulas práticas, diálogo e seminários para exercitamos a prática da LIBRAS e a expressão facial. Brincadeiras e dinâmicas com o objetivo de memorizar os sinais de forma lúdica e a leitura das setas para que o aluno aprenda a ler e entenda os sinais.

As avaliações acontecem juntamente com as provas bimestrais e foram diversificadas sendo a maioria praticas (o que se faz necessário para se ter a maior noção da aprendizagem desses alunos).

O projeto obteve como ponto positivo a aceitação por parte dos alunos, onde hoje o cenário da escola em relação à inclusão é outro, pois atualmente podemos observar os surdos e os ouvintes se comunicando e fazendo a inclusão de fato acontecer. Tivemos alunos que se destacaram onde tiveram maior habilidade na prática da LIBRAS. O único ponto negativo que consideramos é a questão do horário de 45 minutos, pois é pouco tempo para desenvolver algumas atividades que muitas vezes precisava de um tempo maior.

Dessa forma, pode-se concluir que a utilização da LIBRAS deve receber cada vez mais incentivo, não apenas nas instituições escolares, como também na sociedade como um todo, promovendo assim, a melhoria da qualidade de vida dos surdos, deixando cair por terra perspectivas meramente filantrópicas, mas sim assegurando os direitos com cidadão, descrito na constituição e o respeito às diferenças, afinal, ser diferente é normal.

ATIVIDADES PRÁTICAS DESENVOLVIDAS







